

Os topônimos das praças de Maringá, Estado do Paraná

Bruno Luiz Domingos De Angelis^{1*} e Generoso De Angelis Neto²

¹Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.

²Departamento de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Author for correspondence.

RESUMO. O presente trabalho estuda os topônimos das praças maringaenses, em número de noventa e nove até dezembro do ano 2000, a partir de pesquisa histórica em fontes primárias. A toponímia estudada buscou o significado histórico, não lingüístico, dos nomes conferidos às praças, contextualizando-os no tempo em que esses logradouros foram nominados. Como resultado, constata-se a desvinculação desses nomes com a população, visto que, na maioria dos casos, a comunidade sequer sabe quem é o personagem que nomina o espaço público. Conclui-se que dar nome às praças de Maringá não deveria ser apenas “letra morta da lei” em um papel arquivado, mas sim que houvesse um trabalho de conscientização que permitisse a perenização daquele que nominou o espaço.

Palavras-chave: toponímia, praças, espaços públicos, Maringá.

ABSTRACT. The toponyms of public squares in the city of Maringá PR. The aim of this study is to evaluate the toponyms of the public squares of the city of Maringá PR Brazil, based on a historical research from primary sources. Toponymy sought the non-linguistic historical significance for the names of the squares, which totaled ninety-nine on January 2000, contextualizing them within the period these public places were given their names. It has been observed that names did not mean much to the population, since, in most cases, the community did not even know who was the person concerned whose name had been given to the public space. Denomination of public squares in Maringá squares should not merely be an unknown item in the municipal archives, but a consciousness endeavor work to perpetuate the public person honored in a public space.

Key words: toponymy, squares, public spaces, Maringá.

Dar nome às “coisas” é tão antigo quanto a própria existência da vida humana sobre a Terra. Se focarmos nossa visão em um contexto bíblico, vamos encontrar o primeiro relato a respeito: “Deus viu que a luz era boa, e separou a luz das trevas. Deus chamou à luz dia, e às trevas noite.” (Gênesis, 1:4-5). Nomear é, em qualquer esfera da vida, sagrada ou profana, conferir sentido às coisas. Nas relações cotidianas, vale o exemplo do ato de nomear filhos. É entendimento de Marx (1996) que o nome dos lugares lança luz sobre a evolução das cidades e abre novas perspectivas para o estudo da urbanização, da vida e do espaço urbano em geral. A História demonstra a importância dos nomes que se dão aos logradouros públicos. Esses registram no tempo a evolução sociopolítica de um lugar. São espelhos de uma época e, mutáveis que são, retratam a dinamicidade própria da evolução da *urbe*. “[...]é o esforço de perenização da memória de personagens e fatos da história local ou nacional.” (Dias, 1998:7). Por outro lado, não há como manter viva essa

memória sem informação e educação. Se assim não for, o caráter dinâmico da história cidadina acaba por diluir o significado da homenagem e tornar o homenageado pouco mais do que uma placa no logradouro público.

É lugar comum encontrar-se praças que homenageiam vultos históricos e datas cívicas de significação nacional que, em função de sua importância, fazem parte do registro dos livros de História. É fato que esses topônimos são mais facilmente identificados; conseqüentemente, não caem no esquecimento se comparados com aqueles menos conhecidos. O que dizer então quando a referência se atém a personagens da História local. Nesses casos, a memória corre risco maior de se perder com o passar do tempo. Além da desinformação e da falta de um trabalho permanente de fixação da memória, há a renovação das gerações e o próprio fluxo migratório. Saliente-se que não cabe aqui distinção entre cidades de pequeno, médio ou grande porte. Se considerarmos a cidade de São

Paulo, a título de ilustração, quantos saberão responder quais foram as mulheres cujos nomes estão incrustados em algumas das mais famosas ruas do centro velho: Maria Antônia, Augusta, Angélica, Consolação? Ou, sob outro aspecto, como diz Dick (1997:140), referindo-se aos nomes de ruas antiquíssimas da cidade de São Paulo: “São nomes já tradicionais, quase centenários, mas cuja antigüidade nem se percebe porque caminham junto com a população e, para cada um em particular, incluem uma contemporaneidade que significa o seu próprio tempo de existência.” Em síntese, o que se observa é que os topônimos de logradouros públicos, com raras exceções de quem conhece um pouco da história, existem para a população tão somente como um referencial a identificar determinados locais, e não fatos a dizer de um passado.

A necessidade que se tem de perenizar nomes e eventos, longe de ser hábito desta ou daquela localidade, pode ser verificada em qualquer lugar do mundo. Trata-se de atitude tão pouco inócua que regimes revolucionários tendem a rebatizar vias e logradouros públicos com referências aos fatos e personagens fundadores do regime instituído. Reviravoltas históricas têm procedimentos análogos. Muitos países do leste europeu, com o desmoronamento dos regimes estalinistas, acabaram resgatando o nome que as vias públicas tinham antes da implantação do chamado socialismo real. Exemplo mais amplo é o da cidade de Leningrado, que voltou a ser chamada pelo seu nome original, São Petersburgo (Dias, 1998).

O objetivo desse trabalho é o de resgatar as denominações dadas às praças maringenses, a partir de sua fundação, até o ano de 2000.

Maringá, formação histórica

Com o intuito de desbravar novas terras para o plantio de café, fazendeiros paulistas e mineiros deram início, em princípio do século XX, à colonização do Norte do Estado do Paraná, na região hoje denominada Norte Velho.

Conhecido o potencial das novas terras, principalmente visando o plantio de café, a empresa colonizadora britânica *Paraná Plantations Company*, através de sua subsidiária, Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), adquiriu do Governo do Estado e de diversos posseiros uma gleba de 515.000 alqueires, que veio a se constituir no Norte Novo. Em 1929, a CTNP arrendou a estrada de ferro no trecho Ourinhos, Estado de São Paulo - Cambará, Estado do Paraná, estendendo esta rede em direção às suas terras, até atingir o rio Tibagi.

Em decorrência da deflagração da Segunda Guerra Mundial, um grupo de brasileiros adquiriu dos ingleses a Companhia de Terras, que passou a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), somando, sob essa nova estrutura, mais 30.000 alqueires às terras existentes, região que passou a ser denominada Norte Novíssimo.

Três princípios nortearam a colonização:

- A construção de um eixo rodo-ferroviário de penetração, com a dupla finalidade de facilitar o acesso às novas áreas e permitir escoamento rápido e seguro da produção da região.
- Assentamento de núcleos básicos de colonização na rota desse eixo, estabelecidos, progressivamente, a uma distância de 100 quilômetros uns dos outros. Essa sistematização definiu, em ordem, Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama; cidades estas planejadas para se tornarem grandes centros prestadores de serviços. Entre esses núcleos urbanos principais, fundaram-se, de 15 em 15 quilômetros, pequenos patrimônios, cidades bem menores com a finalidade de servir como centro de abastecimento da população rural.
- Divisão da zona rural em áreas, em média não superiores a 14 alqueires, ajustadas à produtividade do solo e à cultura cafeeira, demarcadas de modo a dotá-las de parte de baixadas, servidas por cursos d'água, e de parte do espigão, menos sujeito a geadas, e limitadas por estrada de rodagem. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1977).

Fundada pela CMNP, oficialmente a 10 de maio de 1947 como distrito de Mandaguari, o traço urbanístico da cidade de Maringá, projetada pelo urbanista Jorge de Macedo Viera, obedeceu a um plano previamente estabelecido: praças, ruas e avenidas foram demarcadas, considerando ao máximo as características topográficas do sítio escolhido.

Impulsionada pela dinâmica da expansão cafeeira e pelas excelentes condições locais, a cidade experimentou um crescimento vertiginoso. Com a substituição da economia cafeeira, houve um esvaziamento demográfico da área rural em todo o Norte do Paraná. Foi um período de intenso movimento migratório no estado, com um contingente considerável de população rural procurando fixar-se nos núcleos urbanos mais próximos. Para a cidade de Maringá convergiu um grande fluxo de população, que se espalhou pela

periferia, deficitária em infra-estrutura e equipamentos urbanos, gerando espaços cujos padrões urbanísticos não acompanharam a área urbana já consolidada.

Histórico dos topônimos das praças maringaenses

De acordo com De Angelis (2000), o nome dado às praças de Maringá não foge, via de regra, aos critérios adotados mundo afora: ora se homenageia um pioneiro local, ora um vulto histórico, um santo, uma data, um benemérito social, quando não uma cidade, um espécime da flora ou fauna. É possível verificar, ao longo da história de Maringá, períodos distintos nos quais o nome que se deu às praças segue um padrão. Nos primeiros anos (desbravamento da terra e colonização), o caráter mítico-religioso e o culto aos santos determinam os topônimos. Era a sociedade de então expressando sua religiosidade e conservadorismo. A fé fazia-se presente a nortear esses primeiros anos difíceis, em que a crença se manifestava de forma coletiva, concretizada no nome dado às praças, como: Nossa Senhora da Aparecida, Santo Antônio, Santa Isabel e São Benedito. Em um período subsequente, que se inicia no ano de 1964, constata-se que, em função do golpe militar ocorrido naquele ano, o espírito nacionalista imperava. Daí os topônimos 7 de Setembro, José Bonifácio, da Independência, 31 de Março, e outros. Posteriormente, passado o “surto” militar-nacionalista, assistiu-se à denominação de praças sem qualquer critério sério, tendo em vista a inexistência de lei que regulamentasse tal matéria. Era comum os vereadores darem nome às praças para homenagear um amigo, um parente; pessoas, muitas vezes, sem qualquer vínculo com a cidade e, com a mesma facilidade, rebatizavam esses logradouros, porque o homenageado, via de regra, era um seu desafeto. Em decorrência desse procedimento, é aprovada a Lei n.º 3434/93, que passa a disciplinar a denominação dos logradouros públicos. A partir de então, a característica que se observa nos topônimos das praças é a de prestar homenagem a personalidades do município, sobretudo aos pioneiros.

Outra particularidade diz respeito ao caráter dinâmico na redefinição dos nomes de algumas praças maringaenses. Esse comportamento atesta, conforme demonstração dos exemplos apresentados a seguir, que os nomes são escolhidos em função do momento sociopolítico vivenciado. É assim que a Praça Ipiranga foi rebatizada de Vereador Oswaldo Vieira; a Praça Curitiba, atualmente denominada Praça Pioneiro Antônio Laurentino Tavares. Ou ainda, pode-se dizer que o nome ficou obsoleto,

como a atual Praça Napoleão Moreira da Silva, que já se chamou Praça da Rodoviária, nome que ficou “caduco” com a transferência do terminal para outro local. Um outro exemplo é o da praça que já foi Frei Caneca, rebatizada dos Expedicionários. A morte de celebridades nacionais e mesmo internacionais também motivou o processo de modificação de nome de praças. A comoção causada pelo assassinato do presidente americano John Kennedy, em Dallas, provocou, na década de sessenta, a mudança do nome da Praça Martius. Há até casos de “compensação”, como bem ilustra o seguinte exemplo: a Rua Pedro Álvares Cabral foi rebatizada de Marcelino Champagnat e, por sua vez, a praça que se chamava das Caravelas passou a ser denominada de Pedro Álvares Cabral.

Exemplo mais notório dessa dinamicidade e da reavaliação crítica por que passam nomes, fatos, datas, diz respeito à praça antes chamada 31 de Março e hoje rebatizada de Rotary Internacional. A data em questão nos reporta a um acontecimento histórico – revolução de 1964 –, e outrora lembrada como “redentora da pátria”. Hoje a leitura que se faz desse fato é diferente, tendo sido colocados a nu os desmandos e erros cometidos pelo regime de então. No entanto, nem sempre é justificável mudança nos nomes, sempre que houver reviravolta de interpretação, até porque a análise histórica não é neutra e qualquer critério é controverso. Deve-se observar, entretanto, que os critérios de uma época não são impermeáveis ao olhar crítico de outra.

Outro fato que se constata é a existência de preocupação, fortuita ou pensada, no tocante aos nomes conferidos a algumas praças. A título de exemplo, cita-se a Praça Zumbi dos Palmares, implantada em 1996. Em relação a esse topônimo, comumente se encontram referências à escravidão em nomes como Lei Áurea ou 13 de Maio. No entanto, a maioria dos movimentos de consciência negra prefere celebrar Palmares e Zumbi e criticar os outros dois nomes. As novas gerações, por vezes desconhecedoras da história da cidade, facilmente trocam os topônimos dos logradouros públicos. É o caso, em Maringá, da praça antes denominada Cássio da Costa Vidigal, rebatizada Praça da Catedral. Vidigal fora um dos diretores da antiga Companhia de Terras Norte do Paraná e defensor da colonização planejada nas terras situadas no Norte-novíssimo do Estado.

O povo, “senhor dos espaços públicos”, por vezes adota critério próprio ao conferir nome a esses espaços. Ele pode desconhecer, em muitos casos, a história que se oculta por trás de um nome de praça, mas consegue, em contrapartida, estabelecer lógica

própria e criativa para se referir aos espaços públicos, a despeito dos trâmites legais e da autorização oficial. A Praça Pedro Álvares Cabral é muito menos conhecida do que “praça de patinação”, o seu nome popular. A Praça Pio XII é chamada “cogumelo”. A Praça Manoel Ribas, *bicicross*, e a Praça 7 de Setembro, “praça do peladão”.

Por vezes, estabelecimentos comerciais se sobrepõem aos nomes oficiais. Para consumo público, as Praças José Bonifácio e Manoel Ribas são, respectivamente, as praças do Posto Maluf e do *Car Wash* - ou do *bicicross*.

O processo de mudança de nomes dos logradouros públicos é passível de crítica, seja porque desfaz o planejamento inicial, seja porque tira as referências de localização estabelecidas para a população. Deve-se reconhecer, por outro lado, que essa prática demonstra a dinâmica da cidade com os fatos e personagens que se queira consagrar, como nomes de praças ou outros espaços públicos.

Classificação das praças de Maringá, segundo seu topônimo

É possível enquadrar as praças maringaenses, no que diz respeito aos seus topônimos, em seis categorias ou referenciais, tendo por parâmetro estudos históricos e lingüísticos desenvolvidos por Fernandes (1941), Cardoso (1961) e Dick (1997), a saber: hiero-hagiotopônimo (relacionado com nomes sagrados), antropotopônimo (relacionado com nome das pessoas), histo-sociotopônimo (relacionado com nomes, fatos e datas de caráter social e/ou histórico), fitotopônimo (relacionado com nome das plantas), zootopônimo (relacionado com nomes dos animais) e os topônimos geográficos (relacionado com nomes dos lugares geográficos).

Das noventa e nove praças existentes em Maringá, foi possível proceder à categorização dos seus topônimos, conforme apresentado na seqüência. Onze foram enquadradas como sendo de cunho religioso ou hiero-hagiotopônimo, quais sejam: da Capela, da Catedral, da Glória, Nossa Senhora da Aparecida, Papa Pio XII, Sagrado Coração de Jesus, Santa Isabel, Santo Antônio, São Benedito, São Vicente e Todos os Santos. Sete estão classificadas como topônimos geográficos: Praça das Américas, Cidade de Brescia, Londrina, Olinda, Ouro Preto, dos Sertões, Vila Rica. Uma está classificada como fitotopônica - das Palmeiras -, e uma como zootopônica - das Garças. Onze estão enquadradas como sendo histo-sociotopônimo: do Aeroporto, das Bandeiras, dos Expedicionários, Farroupilha, da Independência, Lions, Nações Unidas, Rotary Internacional, Zumbi dos Palmares,

7 de Setembro e 21 de Abril. Considerou-se como sendo histórico-sociotopônicas somente aquelas praças cujos nomes, datas e fatos não estejam limitadas a uma determinada área geográfica, ou seja, unanimemente reconhecidas. Cinquenta e seis praças enquadram-se na categoria antropotopônica, a saber: Amábilis Giroldo, Arnaldo Armstrong de Oliveira, Ary Barroso, Atleta Reinaldo Bittencourt, Deputado Heitor Alencar Furtado, Deputado Renato Celidônio, Elídio Neto Laranjeira, Emiliano Pernet, Emílio Farjado Espejo, Emygdio de Britto, General Gomes Carneiro, General Osório, Geoffrey Wild Diment, Henrique Fregadolli, Jardineiro Altino Cardoso, Jitsuji Fujiwara, José Bertoni, José Bonifácio, Juiz Fernando Antônio Vieira, Júlio do Carmo Esteves, Júlio Jerônimo dos Santos, Luiz Gonzaga, Manoel Ribas, Maestro Aniceto Matti, Megumi Tanaka, Ministro Antônio Oliveira Salazar, Napoleão Moreira da Silva, Naturalista Augusto Ruschi, Ney Braga, Nilza de Oliveira Pipino, Pedro Álvares Cabral, Pioneiro Antônio Laurentino Tavares, Pioneiro Bento de Freitas da Silva, Pioneiro Fiori Progianti, Pioneiro Galileu Rigolin, Pioneiro Irineu Murazi, Pioneiro Jacinto Ferreira Branco, Pioneiro José Inácio da Silva, Pioneiro Júlio Ribeiro Vilella, Pioneiro Olímpio Forcelli, Presidente Kennedy, Professor Ary de Lima, Professora Ester Josepetti, Professora Nadir Aparecida Cancian, Professora Rachel Pintinha, Raphaella Name Lucchesi, Raposo Tavares, Regente Feijó, Rocha Pombo, Salgado Filho, Senador Abilon Souza Naves, Thereza R. B. Covre, Vereador Eurico Vieira Guido, Vereador Malaquias de Abreu, Vereador Oswaldo Vieira, Vicente Simino. As doze praças restantes não haviam sido nominadas até dezembro de 2000.

Antropotopônimos de importância local

Far-se-á um registro sucinto dos antropotopônimos de importância local, visto não ter sentido, pela abrangência e objetivos do presente trabalho, uma discussão sobre topônimos amplamente conhecidos e difundidos, como José Bonifácio, Pedro Álvares Cabral, da Independência, e outros. Junto ao registro, acompanha a lei que nomina o logradouro.

Praça Amábilis Giroldo de Souza - Pioneira, chegou a Maringá em 1945, trabalhando como lavadeira. (Lei n.º 575/67).

Praça Arnaldo Armstrong de Oliveira - Pioneiro no campo da Odontologia em Maringá, onde clinicou por mais de 30 anos. Nasceu na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 4 de novembro de 1920. (Lei n.º 3.680/94).

Praça Atleta Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho - O nome dessa praça homenageia um jovem atleta (judoca) maringaense, morto por atropelamento aos 15 anos. Em sua modalidade esportiva, foi campeão brasileiro e sul-americano juvenil. Nasceu em Maringá em 31 de agosto de 1980. (Lei n.º 4.046/96).

Praça Elídio Neto Laranjeira - Imigrante português, nasceu em 3 de março de 1940 na cidade de Batalha, tendo fixado residência em Maringá no ano de 1955. Foi um dos primeiros comerciantes a se instalar na cidade. (Lei n.º 3.545/94).

Praça Emílio Farjado Espejo - Nasceu em Santo Anastácio, Estado de São Paulo, em 29 de maio de 1931, tendo chegado a Maringá em 1961, onde desenvolveu atividades como funcionário público. (Lei n.º 1.724/83).

Praça Emygdio de Britto - Imigrante português, nasceu em 18 de abril de 1898 na cidade de Tangil. Chegou ao Brasil em 1906, fixando residência em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, depois em Rolândia, Estado do Paraná, e, em 1963, estabeleceu-se em Maringá. (Lei n.º 4.224/96).

Praça Henrique Fregadolli - Nascido na cidade italiana de Tosca, fixou-se em Maringá no ano de 1950, desenvolvendo atividades como agricultor. (Lei n.º 1.411/80).

Praça Jardineiro Altino Cardoso - Com esse topônimo, procurou-se homenagear o primeiro jardineiro de Maringá. Nascido em 26 de setembro de 1926 em Vila Brasília, Estado de Minas Gerais, Altino Cardoso chegou a Maringá no ano de 1948, trabalhando, inicialmente, na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e, mais tarde, no ano de 1977, passou a fazer parte do quadro de jardineiros da Prefeitura local. (Lei n.º 1.650/83).

Praça Jitsuji Fujiwara - Imigrante japonês, nasceu na cidade de Yogo-Ken em 4 de julho de 1919. Chegou a Maringá no ano de 1951, onde desenvolveu atividades nos ramos comercial, industrial e político. (Lei n.º 2.293/87).

Praça José Bertoni - Esta praça recebeu o nome de José Bertoni por solicitação feita por abaixo-assinado (documento com 55 assinaturas). A justificar o pedido, lê-se: “[...]tendo em vista o mesmo ter prestado muitos serviços à Paróquia São Francisco de Assis[.]”. José Bertoni nasceu em 15 de agosto de 1944 em Presidente Prudente, Estado de São Paulo. (Lei n.º 2.721/90).

Praça Juiz Fernando Antônio Vieira - Nasceu em 22 de janeiro de 1937 em Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, chegando a Maringá no ano de 1973 como Juiz de Direito e, mais tarde, Diretor do Fórum local. (Lei n.º 1.814/84).

Praça Júlio do Carmo Esteves - Imigrante português da cidade de Vale do Santiago, nasceu em 17 de dezembro de 1931, chegando a Maringá no ano de 1958. Comerciante e agropecuarista, foi fundador do Clube Português de Maringá e seu presidente no período 1970 a 1972. (Lei n.º 3858/95).

Praça Júlio Jerônimo dos Santos - Pioneiro e comerciante, chegou a Maringá no ano de 1951.

Praça Maestro Aniceto Matti - O nome dado a esta praça homenageia o compositor da música do Hino Oficial de Maringá, sendo a praça criada pelo Decreto n.º 138/78.

Praça Napoleão Moreira da Silva - Primeira praça maringaense, inicialmente denominada Praça da Rodoviária. Pela Lei n.º 32/57, seu nome foi alterado no intuito de prestar homenagem ao pioneiro que chegou a Maringá em 1945. Foi comerciante e vereador na primeira e segunda legislaturas do município. (Projeto de Lei n.º 50/57).

Praça Nilza de Oliveira Pipino - Esposa de um pioneiro de Maringá (Ênio Pipino), nasceu na cidade de Santa Maria Madalena, Estado do Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1920. D. Nilza foi benemerita da cidade. (Lei n.º 1.750/84).

Praça Pioneira Thereza Rosa Barriquelli Covre - Pioneira maringaense, nasceu em 20 de dezembro de 1896 na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo, chegando a Maringá em 1948. (Lei n.º 2160/87).

Praça Pioneiro Antônio Laurentino Tavares - Considerado um dos desbravadores de Maringá, passou pela primeira vez pela cidade em 1948, com seu circo “Flexas Humanas”, aqui se fixando no ano de 1955. Nascido em 2 de novembro de 1919 em Itajaí, Estado de Santa Catarina. (Lei n.º 4.103/96).

Praça Pioneiro Bento de Freitas da Silva - Pioneiro em Maringá, tendo fixado residência na cidade em 1943. Nasceu em 19 de junho de 1912 em Ibitiúva, Estado de São Paulo. (Lei n.º 2.224/87).

Praça Pioneiro Fiori Progiante - Natural da cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo, tendo nascido em 18 de junho de 1926. Chegou a Maringá no ano de 1950, desenvolvendo atividades como industrial (implantou a Indústria de Refrigerantes Ouro Verde) e corretor de imóveis. (Lei n.º 3.386/93).

Praça Pioneiro Galileu Rigolin - Nascido em 26 de abril de 1893 em Santa Cruz de Lameiras, Estado de São Paulo, Galileu Rigolin chegou a Maringá no ano de 1944, atuando como agropecuarista. (Lei n.º 2.175/87).

Praça Pioneiro Irineu Murazi - Natural de São José da Bela Vista, Estado de São Paulo, onde nasceu em 28 de janeiro de 1931. Chegou a Maringá no ano

de 1947, trabalhando como mecânico, motorista e escriturário. Em 1962, abriu um estabelecimento comercial no ramo de engenharia, arquitetura e copiadora. Dentro de sua área de atuação, projetou praças, avenidas, clubes, igrejas e outros logradouros públicos. (Lei nº 3.780/95).

Praça Pioneiro Jacinto Ferreira Branco - Português da cidade de Roçada, onde nasceu em 20 de setembro de 1904. Chegou a Maringá no ano de 1948, tendo sido pecuarista e industriário. (Lei nº 1.771/84).

Praça Pioneiro José Inácio da Silva - Nascido em 11 de junho de 1902 na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco. Considerado o pioneiro número um de Maringá (apelidado de “Zé Maringá”), chegando à cidade no ano de 1942. Instalou o primeiro hotel da cidade - Hotel Campestre. (Lei nº 3311/92).

Praça Pioneiro Júlio Ribeiro Vilella - Natural de São Paulo, Estado de São Paulo, onde nasceu no ano de 1903. Pioneiro maringaense e um dos primeiros a desbravar o Distrito de Floriano. (Lei nº 3027/91).

Praça Pioneiro Olímpio Forcelli - Natural da cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo, onde nasceu em 25 de fevereiro de 1921. Chegou a Maringá no ano de 1947, dedicando-se ao ramo de comércio, e atuando como motorista de táxi e caminhão. (Lei nº 1.902/85).

Praça Professor Ary de Lima - Nominada pelo Decreto nº 139/78, homenageia o compositor da letra do Hino Oficial de Maringá. Além de professor, foi vereador e deputado federal por Maringá.

Praça Professora Ester Gonçalves Josepetti - Nasceu em Cândido Mota, Estado de São Paulo, em 24 de março de 1937. Transferiu residência para Maringá no ano de 1951, sendo a primeira professora de inglês da Universidade Estadual de Maringá. (Lei nº 2.675/90).

Praça Professora Nadir Aparecida Cancian - Natural de Cambé, Estado do Paraná, onde nasceu em 2 de outubro de 1939. A justificar o nome, lê-se no projeto de lei: [...]“haja vista que a ilustre educadora muito contribuiu para o ensino superior em Maringá[...]”. (Lei nº 1.699/83).

Praça Professora Rachel Dora Paraná Pintinha - Praça criada pelo Decreto nº 124/86, e que homenageia uma das pioneiras do ensino maringaense.

Praça Senador Ailton de Souza Naves - A praça que leva o presente nome anteriormente se chamava Praça da Aviação. A justificar a mudança, encontramos textualmente no Projeto de Lei nº 303/61: “[...]é dever do povo de Maringá, e assim

nós entendemos, que se faça uma homenagem àquele que realmente ajudou a todos os fazendeiros através de empréstimos no Banco do Brasil e outras mais quando senador da república”. (Lei nº 166/61).

Praça Vereador Malaquias de Abreu - Nascido em 17 de julho de 1907 na cidade de Pitangui, Estado de Minas Gerais, chegou a Maringá em 1948. Estabeleceu-se na cidade como agropecuarista e foi vereador na primeira legislatura, pela extinta União Democrática Nacional. (Lei nº 2.600/89).

Praça Vicente Simino - Natural de Batatais, Estado de São Paulo, nasceu em 28 de setembro de 1911, e faleceu em 25 de junho de 1979. Chegou à cidade de Alto Paraná, Estado do Paraná, no ano de 1949, mudando-se em 1973 para Maringá. (Lei nº 1.940/85).

Discussão

O estudo dos topônimos das praças de Maringá permitiu conhecer melhor o processo de transformação pelo qual passou a estrutura sociopolítica da cidade, desde sua criação aos dias de hoje. As mudanças ocorridas ficaram registradas nos nomes que foram conferidos a esses logradouros, mostrando, assim, uma sociedade não desvinculada da realidade, seja em nível local como global. Por outro lado, essa vinculação não significa um conhecimento coletivo dos topônimos das praças. O que se verifica é que, com frequência, o nome do logradouro restringe-se a uma placa que o identifica, quando muito, ficando sua história restrita às leis e decretos que resultaram na sua criação, portanto, “letra morta”. Esse desconhecimento da História revela uma faceta da sociedade de total descomprometimento com a memória da cidade. Chega a ser antagônico esse desconhecimento e descomprometimento, uma vez que, em vivendo o cotidiano nesses espaços que são, ou deveriam ser, familiares à comunidade, esta sequer percebe a sua natureza específica nem aquilo que lhe é particularmente vital. Talvez, porque, com o envolvimento pela globalização, esteja-se vivenciando a tendência crescente de não se identificar mais com um lugar específico e a sua história. A continuar assim, a praça há de ser tão somente uma superfície com diferentes formas geométricas, delimitada por vias públicas.

Referências

CARDOSO, A. L. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. 2. ed. [S.l.: s.n.], 1997.

DE ANGELIS, B.L.D. *A praça no contexto das cidades - o caso de Maringá/PR*. 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DIAS, R. A vida atrás das placas. *Maringá M9*, Maringá, ano 1, n.10, p.7-11, 1998.

DICK, M. V. P. A. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: ANNABLUME, 1997.

FERNANDES, X. *Topônimos e gentílicos*. Porto: Editora Educação Nacional, 1941. 2v.

MARX, M. Apresentação. In: DICK, M. V. P. A. (Ed.). *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

Received on September 12, 2001.

Accepted on November 28, 2001.